

ATA NÚMERO 21
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE JUNHO DE 2013

Aos 29 dias do mês de junho do ano de dois mil e treze, reuniu, em sessão ordinária pelas 9.00 horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída por: Dr. Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, Senhor Manuel Antunes de Magalhães e Prof. António Bastos Teixeira, que substituiu a Dra. Olga Samões, respetivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar por: Dr. Armindo José da Cunha Abreu, Dr. Abel Coelho, senhor Carlos Pereira, Dr. José Luís Gaspar Jorge, Dr. António Araújo respetivamente, Presidente da Câmara e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Pedro Cunha, Ercília Costa, Amélia Oliveira, Raimundo Magalhães Carvalho, Luis Rua Van Zeller de Macedo, Avelino Teixeira Carmo, Henrique Batista, Olívia da Conceição Carvalho, **Jorge Daniel Bessa Pinto**, Eduardo Jorge Medeiros Pinto, Carlos Marques Silva Macedo, Manuel Basto Carvalho, Manuel Antunes de Magalhães, **Hernâni Carneiro**, **Oswaldo Magalhães**, Joaquim Cândido Leite Moreira, Joaquim Vieira Soares, Carlos Manuel Azevedo Pereira, Fernando Silva Soares Carneiro, Sara Maia, Maria Rosa Castro Estebainha, Vítor Briga Rei, Marco Carneiro, **Elisa Antunes**, **Deolinda Pereira**, Fernando Gabriel Teixeira, **Jorge Oswaldo Carvalho Mendes**, José Augusto Silva, Hélder Justino Barros, Fernando Carlos Cerqueira, Luís Manuel Valente Teixeira, Adriano Santos, Susana de Fátima Mesquita Ribeiro, Manuel Cândido Mendes Costa, José Francisco Rodrigues, António Duarte, Ana Rita Batista e Maria de Fátima Peixoto.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

AMARANTE (S. GONÇALO) – Faltou
ABOADELA – António Joaquim R. Gonçalves
ABOIM – Faltou
ANSIÃES – Armando Batista Carvalho
ATAÍDE – Faltou
BUSTELO – Carlos Alberto Pereira Gomes
CANADELO – António Dias Vitória
CANDEMIL – Manuel Fernando Coelho
CARNEIRO – Joaquim Briga

CARVALHO DE REI – Ilídio Pinto
CEPELOS – Américo Paulo S. Ribeiro
CHAPA - Faltou
FIGUEIRÓ (St^a Cristina) – Fernando Teixeira Mendes
FIGUEIRÓ – Daniel Pinheiro
FREGIM – Joaquim Sousa e Castro
FREIXO DE BAIXO – Alfredo Carvalho
FREIXO DE CIMA – Abílio Neves
GATÃO - Joaquim Augusto Pinto Coelho
FRIDÃO – José Joaquim Magalhães Teixeira
GONDAR – António Bastos Teixeira
GOUVEIA S. SIMÃO – Liliana Ribeiro
JAZENTE – Manuel Pinheiro
LOMBA – Faltou
LOUREDO – Carlos Magalhães
LUFREI – António Alexandrino F. Magalhães
MADALENA – António Pinheiro
MANCELOS – Carlos César Carvalho
OLIVEIRA - Faltou
OLO – Manuel António Leite Ribeiro,
PADRONELO – Luís Silva
REAL – José Augusto Sousa Oliveira
REBORDELO – José Meireles Machado
SALVADOR – António Gomes Pinheiro
SANCHE – Henrique Monteiro
TELÕES – Domingos Teixeira Pinheiro
TRAVANCA – Fernando Cunha
VARZEA – Abílio Sampaio
VILA CAÍZ – Faltou
VILA CHÃ – Rui Coelho
VILA GARCIA – Manuel Pereira Teixeira

Pediram a substituição ou justificaram a falta em devido tempo os senhores: Carla Babo, Raquel Canito, Pedro Varejão Reis, António Alcino Norte Simões, Cristina Lucinda Teixeira, Olga Samões, António Jorge Vieira Ricardo, José Meireles Machado, Luis Teixeira Ricardo

Feita a chamada e verificada a existência de Quórum foi então dado início aos trabalhos.

PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Usaram da palavra os senhores:

ENG. LUÍS VAN ZELLER – PSD

No uso da palavra, disse que na qualidade de representante da Comissão de Acompanhamento da construção da Barragem de Fridão, tinha com ele os dossiers do processo de acompanhamento, para que os interessados os pudessem consultar. Ele, prestaria os esclarecimentos necessários se para isso fosse solicitado.

DR. VITOR REI – PSD

No uso da palavra, perguntou ao senhor Presidente da Câmara, onde é que ia arranjar os 7.000.000 de euros necessários para as obras de recuperação do antigo Cine-teatro, dada a conjuntura económica que hoje vivemos.

DRA. ERCILIA COSTA – PS

No uso da palavra, começou por dizer que pela primeira vez compreendia as palavras do senhor deputado Vítor Rei. O PSD habituou-nos a mentir. O seu governo tem passado a vida a mentir. Mentiu sobre o subsidio de férias, mentiu na luta dos professores etc. Aliás o FMI deu um puxão de orelhas ao governo na recente luta dos professores. Perante tudo o que hoje se vive é natural que o Dr. Vítor Rei esteja preocupado com o facto da Câmara poder ter ou não dinheiro disponível para avançar com a obra de recuperação do Cine-Teatro. Pode estar descansado porque se a intenção é a de recuperar, ela vai acontecer. A Câmara tem saúde financeira para isso. Agora, o PSD não está habituado a boa gestão e por isso tem dúvidas.

DRA. AMÉLIA OLIVEIRA – PSD

No uso da palavra começou por responder à oradora anterior dizendo-lhe que não admite ser achincalhada, quando ela diz que o PSD está habituado à mentira. Será que o PSD não pode questionar as obras que vão ser feitas? Era o que mais faltava que fosse o PS a dizer ao PSD aquilo que ele pode dizer. A Dra. Ercília esquece-se é de referir o desgoverno que foram os anos do Partido Socialista no governo.

DR. EDUARDO PINHEIRO – PS

No uso da palavra solicitou ao Engenheiro Van Zeller que dê a conhecer os dados novos, se é que os tem, acerca da Barragem de Fridão ainda que de uma forma, resumida.

DRA. ERCILIA COSTA – PS

No uso da palavra disse que a sua capacidade de raciocínio ainda está a 100%. O que disse foi que compreendia as dúvidas do PSD quando dizem que falam sempre verdade, o que na prática é precisamente é precisamente o contrário. É lógico que isso incomode. O PSD, devia era comparar a gestão das Câmaras do Partido Socialista com as dos PSD, no que diz respeito ao rigor e à boa gestão. Quanto ao projeto para a recuperação do edifício, parece-lhe muito bom. Esperava do PSD a mesma avaliação.

DRA. AMÉLIA OLIVEIRA – PSD

No uso da palavra, disse à Dra. Ercília que ela não podia negar o que disse acerca do PSD quando diz que o PSD os "habituou à falsidade e à mentira". Isso está gravado

A recuperação do antigo Cine-Teatro, já muitos anos que é pedida pelo PSD. O problema está nos timings. Passa-se o mesmo com o quartel da GNR, com o projeto das Caldas das Murtas e com muitas outras obras. Estes projetos são para concretizar? Como? Ou serão só para ficar mais uma vez no papel?.

DRA. ELISA ANTUNES- BE

No uso da palavra a senhora deputada fez a leitura do seguinte voto de congratulação:

Voto de Congratulação

A decisão do Tribunal Constitucional que considerou inconstitucionais normas do diploma que estabelecia um novo regime jurídico para as autarquias locais e um novo estatuto das entidades intermunicipais, deve constituir motivo de satisfação para os autarcas.

Tendo por base a Proposta de Lei nº 104/XII do governo PSD/CDS-PP, o documento já tinha merecido a discordância de inúmeros órgãos autárquicos, assembleias de freguesia e assembleias municipais, por afetar a democracia local, enfraquecer o poder de fiscalização dos eleitos, centralizar o poder, diminuir a participação popular e pôr em causa os princípios de independência e da especialidade das autarquias locais, núcleo essencial dos órgãos deliberativos.

Recorde-se que o parecer da ANMP e da ANAFRE, bem como as sugestões bem fundamentadas das Juntas Metropolitanas do Porto e de Lisboa nunca foram tidas em conta pelo ex-ministro Relvas e demais governantes, pelo que o pedido da Presidência da República de apreciação da conformidade constitucional daquela lei teve o desfecho que a democracia local exigia, a reprovação do diploma por violação, pelo menos, do artigo 236º da Constituição.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Amarante reunida em 29 de junho de 2013, delibera:

1 - Congratular-se com a declaração de inconstitucionalidade proferida pelo Tribunal Constitucional sobre o estatuto das entidades intermunicipais e o novo regime jurídico para as autarquias locais;

2 - Manifestar a vontade de que, dada a sua proximidades às populações, sejam reforçadas as competências e os recursos das autarquias locais;

3 - Exigir o respeito pela autonomia do poder local.

Feita a leitura, o senhor Presidente da Mesa, pôs à votação a aceitação para discussão. Foi admitido à discussão por UNANIMIDADE.

Usaram de seguida a palavra os senhores:

DRA. AMÉLIA OLIVEIRA – PSD

No uso da palavra, disse que as decisões dos tribunais têm de ser respeitadas. Não são para nos congratularmos ou fazer alarido sobre as mesmas. Nunca votarão uma Moção de aplauso ou congratulação que tenha a ver com uma decisão judicial.

DRA ERCILIA COSTA – PS

No uso da palavra, disse que o caminho traçado pelo governo é demasiado perigoso. Ainda recentemente preparavam-se para mudar a lei da greve. O PS vai votar favoravelmente a proposta. O PS votará sempre a favor da democracia. As últimas alterações da lei tem sido sempre feitas contra a democracia.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação. Apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 29

ABSTENÇÕES – 0

VOTOS A FAVOR – 35

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, o senhor Presidente começou por dizer que está a ser feito um feroz ataque às autarquias. Financeiramente estão todas a ficar agoniadas. Recentemente as Unidades Intermunicipais foram consideradas inconstitucionais.

De seguida, perguntou ao senhor deputado Engenheiro Luís Van Zeller se ele por acaso sabia de alguma decisão que a senhora Ministra tenha tomado relativamente à barragem de Fridão. Talvez ele já tenha novidades que a Câmara ainda não tenha. Se por acaso não souber de nada, a Câmara não pode avançar com o lançamento das obras no rio Santa Natália.

Dia 5 de julho vai ter uma reunião com ela e nessa altura perguntar-lhe-à em qual o ponto de situação. É só isso que quer saber e não vai de certeza querer saber se a barragem se constroi ou não.

Relativamente à obra de recuperação do Cine-Teatro, disse ao Dr. Vítor Rei que os projetos também custam dinheiro. Tem de haver um prazo entre a execução do projeto e inicio da obra.

Relativamente às Termas, disse que quem acabou com elas foi o PSD, que em tempos, quando teve responsabilidades no município, deixou construir um prédio em cima do aquífero e nos terrenos à volta do edifício que na altura existia. Se fosse para ganhar as eleições construíam lá um barraco, que era isso que o PSD certamente faria. As festas “eleiçoeiras” do PSD são um bom exemplo, do modo como tratam o povo, como analfabetos. Fazer umas termas, não é só fazer um furo. Há todo um processo moroso para lá chegar.

DRA. AMÉLIA OLIVEIRA – PSD

No uso da palavra disse ao senhor Presidente que o PSD nunca tratou o povo como analfabetos. Também nunca colocaram barracas em lado nenhum, nem nunca mudaram fechaduras de qualquer maneira.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra o senhor Presidente disse que se fez uma obra em Mancelos, em terreno da paróquia como forma de provocação à Câmara. Como é uma obra da Junta de Freguesia, precisava de um parecer que não existe. Disse ainda que na mesma freguesia e no fim de um passeio a Fátima, houve uma festança no Largo da Igreja, onde foi utilizada energia furtada diretamente à EDP. Soube disto através de um telefonema que recebeu da EDP a perguntar-lhe se tinha conhecimento disso. Também não sabe se neste momento a rega dos jardins em Mancelos não será feita com água roubada à rede municipal. Vai mandar averiguar.

Quanto ao problema da mudança da fechadura da Junta de Freguesia de Lufrei, disse à Dra. Amélia que se ela tivesse um empresa onde os funcionários ultrapassassem as funções que lhe estavam destinadas o que é que ela faria? Continuava a confiar nessas pessoas? A funcionária em questão, resolveu candidatar-se à Presidência da Junta, estando inclusivamente de atestado médico. Logo, desde que é candidata, não pode nem deve ter acesso aos assuntos que antes tinha. Deve apenas fazer as funções de funcionária. Não há nada a esconder.

DRA AMÉLIA OLIVEIRA – PSD

No uso da palavra disse que o furto de energia é apenas uma suspeita, embora não se congratule com este facto. Acha também estranho que se tenha feito justiça pelas próprias mãos na Junta de Freguesia. Como é que se pode fechar a porta a um funcionário trocando-lhe a fechadura? Parece-lhe ilegal e isso é fazer justiça pelas próprias mãos.

ENG. HENRIQUE Batista – IND

No uso da palavra começou por dizer que gostava que ficasse gravado o que hoje aqui se ouviu. Tem de haver regras de condução dos processos. Sente-se envergonhado por ter ouvido o que hoje ouviu da boca da líder do PSD, Foi preciso chegar ao dia de hoje para se poder perceber muitas das coisas que nesta Assembleia se tem passado. A gravação vai ser precisa para instâncias superiores.

DRA. ERCILIA COSTA – PS

No uso da palavra, disse que não vai ser a Dra. Amélia quem dará lições de direito ao senhor Presidente da Câmara. Relativamente à mudança de fechadura disse-lhe que legitimamente o Presidente da Junta a mudou. Está no seu direito e nunca impediu a entrada da funcionária nas instalações. Não crie a confusão nem misture as coisas.

ENG. JOAQUIM VIERA SOARES – PSD

No uso da palavra, relativamente às obras levadas a cabo em Mancelos, sabe que foram executadas, parte em terreno da paróquia e outra

parte em terreno particular. O arraial realizado no fim do passeio não foi feito para ofender quem quer que fosse e também sabe que não foi a Junta de Freguesia que o organizou. Disse também que o Grupo "Os Pedras Vivas" já não existe. O senhor Presidente da Câmara não se deve melindrar.

SR. ALEXANDRINO MAGALHAES – PRESIDENTE DA JUNTA DE LUFREI

No uso da palavra, disse que não retirou fechadura nenhuma. Apenas trocou a fechadura do seu gabinete. A Dra. Amélia ao dizer o que disse está a mentir.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra disse que era importante que a Assembleia ficasse a saber que a Junta tinha feito um obra ilegal, sem projeto e sem qualquer parecer. Fê-la em terreno alheio com dinheiros públicos. Quanto ao Grupo Pedras Vivas, disse que ele só existe quando estamos perto de eleições. Quando acabam as eleições, recolhem-se e se a situação não lhes agrada, começam a dizer mal de quem está no poder.

Relativamente à ligação da energia à rede da EDP não foi lá ver, mas foi avisado pela EDP. Agora, sabe que até às eleições vai continuar a haver festança. Depois disso nem sequer há visitas à capela. Não se pode enganar assim as pessoas. As festas tem de ter autorização e licença de ruído. O Presidente da Junta nunca aparece e está convencido que manda no "reino". Pode até ganhar as eleições, mas isso não lhe dá o direito de ser um ditador.

Quanto ao problema na Junta de Lufrei, sabe que o Presidente da Junta apenas impediu a entrada da funcionária no seu gabinete e nada mais que isso. Retirou-lhe algumas das funções que até aí exercia, uma vez que perdeu a confiança que nela depositava.

DRA. AMÉLIA OLIVEIRA – PSD

No uso da palavra disse que até admite que o senhor Presidente da Junta de Lufrei lhe diga que ela está errada. Agora, não admite que ele lhe chame mentirosa, até porque fatos são fatos.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, foi aberto o período destinado às intervenções do público. Usou da palavra o senhor **ANTÓNIO ADELINO**, que começou por dizer :

«Senhor Presidente, quando na última assembleia refiro que as placas de fibrocimento, porque contêm amianto, estão proibidas foi tão só amor à verdade (julgo que era Platão que dizia:«Gosto muito de Sócrates mas gosto mais da verdade»),é no fundo seguir aquele conselho Paulino (S .Paulo) aos jornalistas da época "caridade na verdade"(sejam justos, objetivos, isentos,"misericordiosos"),pois se o intuito fosse outro (chicana politica, tricas partidárias, etc.),mas não vou por ai, diria sem mais que elas (porque contem amianto) provocam cancro ;

Em relação à comparação com a Srª.Merkel, explica-se com o facto de tal como a SrªMerkel estar contra os eurobonds, porque recusa que os países do Sul (preguiçosos, diz ela)façam parte, também o senhor se opõe

a que os municípios mais endividados façam parte daquele "bolo" da dívida a ratear;

Sobre a citação Platónica «...coberto dum manto de orgulho esburacado de vaidade...» embora não refira o destinatário nem a que propósito quero lembrar ao Sr. Presidente que Tolstoi (escritor Russo) criou uma forma de calcular o valor de cada um e que é: através duma fração, no termo de cima (numerador) está o valor real de cada um e no termo de baixo (denominador) o valor que cada um acha que vale, e nós sabemos que uma fração é tanto maior quanto menor for o denominador chegando ao ponto de ser infinitamente grande (em matemática diz-se tende para mais positivo) caso este (denominador) for zero; ora, segundo esta regra aqueles que não se têm muito em conta, não se levam muito a sério, aquilo que os Ingleses designam "gentlemanship", ou os que se reconhecem na máxima evangélica «homem lembra-te que és pó e ao pó hás de voltar» corresponde a esta situação (em que o valor do denominador é muitíssimo pequeno, aquilo que cada um acha que vale) e portanto não se vislumbrando qualquer orgulho ou vaidade.

Relativamente às questões elas são as seguintes:

Quando é que fica pronto o troço da ecopista que falta até Codeçooso?; a outra tem a ver com a conhecida ponte de "arame" e o que eu gostaria de saber é quando é que a câmara pensa arranjá-la, caso seja da responsabilidade do município, pois permitiria a ligação á ecopista através da margem esquerda pela zona de Rebordelo;

Nestes dias o mundo está expectante em relação ao desfecho do caso Nelson Mandela (esse gigante do humanismo) e aproveito, em jeito de homenagem, para citar da sua autobiografia "Longo Caminho para a liberdade" um extrato que me é muito caro,

«...A morte da mãe faz com que um homem olhe para trás e avalie a sua própria vida. As dificuldades dela, a sua pobreza, fizeram-me pôr em questão uma vez mais se a via por que eu enveredara era a acertada. Essa era sempre a incógnita: será que eu tinha feito a escolha certa ao pôr o bem do povo à frente do bem da minha família? Durante muito tempo, a minha mãe não entendera a minha dedicação à luta. A minha família não tinha pedido, ou sequer desejado, o envolvimento na luta, mas isso refletira-se negativamente sobre ela.

E fazendo a ligação com a última assembleia e a história de Che Guevara (confusão entre economista e comunista), o imperativo categórico Kantiano do político (ser patriota), o apelo Arendiano (Hannah Arend, filósofa judia e companheira desse outro filósofo Martin Heidegger) «é preciso trazer a santidade para a política» (curioso que numa entrevista a Mandela o jornalista o questiona com o sentimento geral do povo que dizem «ele é santo» ao que Mandela responde «sou apenas um pecador que se esforça e que tenta», Mandela reúne harmoniosamente estas qualidades (patriotismo e "santidade") e o que eu peço aos Srs. aqui presentes não é que levem o patriotismo tão longe (a raiar o martírio) mas ao menos que o país (bem comum), esteja acima dos interesses dos partidos aos quais os senhores pertencem.

E porque julgo que é a última assembleia deste mandato e quando comentava com um colega a respeito das assembleias este dizer-me «Oh pá o Presidente na resposta aos deputados vem abaixo vai acima vai a um lado vai a outro» eu haver-lhe respondido «Olha, inaugurou-se à pouco uma

fotobiografia de Cunhal e sabes o que o Mário de Carvalho (escritor) num depoimento póstumo, a propósito de Cunhal, disse? «até hoje não encontrei mais alguém a pensar e articular planos temporais diferentes, tão bem fundamentado e convincente como Cunhal», por isso a forma como o Presidente responde mais não seja que a ginástica, a agilidade mental que M. Carvalho admirava em Cunhal»

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra e em resposta às questões colocadas pelo senhor António Adelino, começou por dizer que a parte da ecopista até ao Arco de Baúlhe será paga com uma compensação que o aterro vai dar a Celorico, participação esta atribuída sem ninguém se ter preocupado em consultar todos os associados. Uma sociedade sem espírito crítico aceita tudo que lhe é proposto sem questionar coisa alguma. Se essa verba fosse para Codessos ainda podia perceber. Agora, sabe que o valor é para usar no Centro de Celorico. Isto é enganar as pessoas. Já estão a receber compensações por conta da obra da barragem. O mesmo acontece com Mondim de Basto. Foi Celorico quem franqueou o acesso à ponte pela E.N. 210. Ao anterior Presidente da Câmara de Celorico disse que era preciso barrar o acesso. Teria de ser Celorico a fazê-lo porque foi Celorico que a abriu. Conclui-se então que era preciso repará-la. O orçamento era 170.000 euros. Celorico concordou mas só o faria se houvesse apoio comunitário. Será que 85 mil euros a cada Câmara é algum valor exorbitante? Por estas razões continua à espera que alguém avance com a reparação.

PERIODO DA ORDEM DO DIA

PONTO Nº 1 – ATA DA SESSÃO DE 27 DE abril DE 2013-07-09

Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, usaram da palavra os senhores:

ENG. HENRIQUE BAPTISTA – IND

No uso da palavra, o senhor deputado disse que tem dificuldade em entender a ata. Parece-lhe que não houve qualquer revisão ao texto ou então ninguém se deu ao trabalho de a ler. Foram apresentadas duas Moções. Vê a votação para a sua admissibilidade, mas depois não aparece a votação das propostas. Referiu ainda que na sua intervenção inserta na página 7, onde se lê “que é a favor da legalidade e como tal é contra a limitação de mandatos” deve ler-se “...e como tal **é a favor** da limitação de mandatos” . Referiu-se ainda à intervenção da Dra. Amélia Oliveira, para dizer que lhe parece haver um lapso na transcrição do que ela disse. Não lhe parece que ela tenha dito o que ali está escrito.

DR VITOR REI – PSD

No uso da palavra, solicitou que fosse eliminado todo o texto da sua intervenção inserto na página 12, porque não faz sentido o que lá está escrito. Não foi aquilo que efetivamente disse. Se for ouvida a gravação vai perceber-se que não são suas as palavras que ali estão escritas.

Foi-lhe entretanto dito pelo senhor Presidente da Mesa que devido a problemas técnicos não foi possível obter a gravação da reunião do mês de abril. A ata foi elaborada com os apontamentos que os senhores secretários vão tirando ao longo da reunião.

DRA. AMÉLIA OLIVEIRA – PSD

No uso da palavra, disse também que a transcrição da sua intervenção inserta na página 7 da ata, está errada. Assim, onde se lê "...contudo, as suas decisões devem ser respeitadas e são válidas depois de transitarem em julgado", deve ler-se: "No uso da palavra disse que podemos ou não concordar com as decisões dos tribunais, contudo, tais decisões têm de ser respeitadas após transitarem em julgado"

SR. RAIMUNDO MAGALHÃES – PS

No uso da palavra, disse que estamos perante um problema sério. Não há gravação, não há qualquer suporte informático e alguns senhores deputados querem voltar atrás com aquilo que disseram na última Assembleia.

O senhor deputado Dr. Vítor Rei, ao contestar a ata tem duas hipóteses: ou exige a gravação integral da última assembleia para poder ouvir o que disse, o que nesta altura parece impossível porque pelos vistos não existe qualquer gravação, ou terá de lhe dizer que está na ata aquilo que na essência disse, embora não o queira admitir.

Curioso é também verificar que na página 12 da ata estão transcritas as intervenções do senhor deputado António Duarte e da senhora deputada Elisa Antunes que dizem respeito àquilo que o Dr, Vítor disse na altura e que nenhum deles contestou. Nesta altura, até acha simpático que o Dr. Vítor Rei queira dizer que está arrependido de ter dito o que disse. Se fosse ele próprio a transcrever para a ata as palavras que na altura foram ditas acerca do 25 de Abril, até diria muito mais porque elas pecam por defeito. O senhor deputado referiu na altura que o 25 de Abril criou empregos e manhosos que não querem trabalhar.

Não se pode branquear o que se passou, porque isso é precisamente o contrário do que deve ser uma ata. Solicitou ainda que os outros intervenientes que usaram da palavra relativamente à intervenção do senhor deputado Vítor Rei, viessem agora também dizer se o que está escrito corresponde ou não à verdade.

Em resumo, a intervenção do senhor deputado Vítor Rei só peca por defeito.

DR. VITOR REI – PSD

No uso da palavra, disse de novo que o que vem escrito na ata não corresponde àquilo que ele disse e por isso pediu que fosse retirado o texto.

DRA. ELISA ANTUNES – BE

No uso da palavra disse que concordava com as palavras do senhor deputado Raimundo Magalhães, porque o que vem escrito na ata é pouco

para aquilo que o Dr. Vítor Rei disse acerca do 25 de Abril. Ela própria sentiu-se ofendida com o que ele disse.

Usou de seguida a palavra o **DR. PEDRO CUNHA**, Presidente da Assembleia, que disse que compreendia as chamadas de atenção dos senhores deputados relativamente à ata, mas uma vez que não havia gravação ela foi redigida com os apontamentos que os secretários vão fazendo durante a reunião.

Foram de seguida votadas por unanimidade as alterações de pormenor à ata. Foi também votada a retirada ou não da intervenção do Dr. Vítor Rei. Votaram 6 deputados a favor da retirada, 21 abstiveram-se e 30 votaram contra.

Fez-se de seguida a votação da ata com as alterações acima propostas. Apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS - 1
ABSTENÇÕES - 3
VOTOS A FAVOR - 52

Fizeram declaração de voto os senhores:

DR. VITOR REI - PSD

No uso da palavra, o senhor deputado fez a seguinte declaração de voto :“Mantenho o que disse na última Assembleia Municipal acerca desta questão e que suscitou a reação das restantes bancadas.

Voto contra a aprovação da ata porque quando solicitei a transcrição integral do que eu disse nesse ponto me foi informado que devido a problemas de gravação, tal não era possível.

O voto contra justifica-se, portanto pelo facto de o resumo constante da ata não corresponder ao teor daquilo que foi a minha intervenção”.

PONTO Nº 2 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO MUNICÍPIO E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Usaram da palavra os senhores:

DRA. ERCILIA COSTA - PS

No uso da palavra, disse que um dos aspetos que a chamou particularmente à atenção no relatório, para além do equilíbrio das contas, foi a aposta da Câmara na vertente social e no apoio que nesta altura de crise é prestado a muitas famílias, nomeadamente no que concerne aos problemas causados pela violência doméstica.

Ficou agradada quando recentemente assistiu a um espetáculo que tinha como protagonistas jovens em risco. Esta forma de apoiar os bairros com jovens em risco é de realçar. Deixa também uma palavra de apreço a quem por estas ações se tem empenhado possibilitando a essas pessoas um melhor nível de vida. Aos técnicos cabe aqui um papel muito importante. Espera, pois que a Câmara continue a dar este apoio social, para que muitos desses jovens venham a ter um vida melhor que aquela que os pais tiveram.

DR. EDUARDO PINHEIRO – PS

No uso da palavra começou por dizer que neste período de gestão da Câmara o valor da poupança corrente tem rondado os 3,3 milhões de euros. Mesmo tendo em conta atual conjuntura económica, é de louvar conseguir chegar-se a estes valores. Olhando para os números, verifica-se também que nos primeiros 5 meses do ano a execução orçamental foi de cerca de 35%. Há um ligeiro desvio, que não é imputável à gestão da Câmara. As receitas próprias também subiram, fruto dos valores do IMI e dos rendimentos da propriedade. Estes números traduzem uma política de gestão rigorosa. Os prazos de pagamento continuam a ser de 30 dias. Com esta política de gestão continuam a ser poupados cerca de 250.000 euros, uma vez que se ganham 10% na situação do quase pronto pagamento. Terminou a sua intervenção dizendo que metade do investimento feito nestes últimos 5 anos é proveniente das verbas amealhadas com a poupança corrente, o que é muito significativo.

SR. CARLOS CÉSAR CARVALHO – PRESIDENTE DA JUNTA DE MANCELOS

No uso da palavra, começou por agradecer à Câmara o facto desta ter construído o polidesportivo de Mancelos, aliás obra em tempos prometida. É pena não ter sido construídos também uns balneários e casas de banho.

Disse ainda que ouviu apenas partes da intervenção do senhor Presidente da Câmara e como não concordava com algumas das palavras que por ele foram ditas pediu autorização para esclarecer algumas das questões então levantadas.

Perante estas palavras, o senhor Presidente da Assembleia Municipal disse-lhe que não o autorizava porque não iria reabrir o Período de Antes da Ordem do dia.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara, disse que o polidesportivo de Pidre foi uma obra da Câmara e não da Junta. É um equipamento de proximidade. Onde as pessoas se juntam, fazem a sua atividade desportiva e no fim vão a casa tomar banho. Serve para desporto de lazer das pequenas comunidades. Por isso mesmo é que não tem balneários. É igual a muitos outros que existem no concelho.

O senhor Presidente da **JUNTA DE MANCELOS**, usou de novo a palavra para dizer que foram feitas pelo senhor Presidente da Câmara afirmações incorretas que tem de ser esclarecidas.

Não foi autorizado a usar mais da palavra.

PONTO Nº 3 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, RELATIVA À FIXAÇÃO DE TAXAS SOBRE O IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – IMI

Usaram da palavra os senhores:

DRA. ERCILIA COSTA – PS

No uso da palavra disse que se congratulava com o facto de mais uma vez as taxas do IMI se manterem baixas. Mais uma promessa eleitoral que continua a ser cumprida. A escravatura fiscal que vivemos, leva a que as autarquias tenham em conta que este imposto deva ser baixo. A Câmara de Amarante tem tido isso sempre em conta não sobrecarregando as famílias.

DRA ELISA ANTUNES – BE

No uso da palavra, disse que a taxa máxima continua a ser penalizadora. Disse ainda que não é verdade quando se diz na proposta que Amarante tem as taxas mais baixas do distrito do Porto. Entre outros, por exemplo Baião tem uma taxa mais baixa e a Póvoa do Varzim tem igual. Pensa que esta imprecisão deve ser corrigida na proposta.

DRA. AMÉLIA OLIVEIRA – PSD

No uso da palavra disse que o PSD sempre tem votado favoravelmente, na altura própria, a proposta de IMI da Câmara, Agora, é a primeira vez que esta proposta vem em junho à Assembleia Municipal, quando apenas tem de dar entrada na DGCI até 30 de novembro. Parece-lhe mais uma promessa eleitoralista.

DRA. ERCILIA COSTA – PS

No uso da palavra, referindo-se às palavras da Dra. Amélia, disse que isto não era uma medida eleitoralista. É verdade que não era preciso trazer a proposta nesta altura. Isso tem sido feito em setembro. O facto de ser apresentada agora não lhe parece que isso traga algum problema. É legítimo que seja aprovada hoje. Tudo o que vem em proveito dos amarantinos é sempre bem vindo venha em que altura vier.

DRA. AMÉLIA OLIVEIRA – PSD

No uso da palavra, disse que a proposta podia ter vindo só em setembro, porque afinal as taxas que constariam na proposta seriam as mesmas.

SR. RAIMUNDO MAGALHAES – PS

No uso da palavra, disse que a proposta hoje apresentada, é posta à discussão no ano legítimo do mandato. Logo, tanto faz ser agora como em setembro. Não vê onde esteja o problema. A discussão das taxas de IMI está a ser discutida numa altura em que o executivo está em funções.

Continuou a intervenção para dizer que nunca pensou que nesta Assembleia alguém pensasse que não se devia discutir política. Na sua ótica deve ser precisamente o contrário, porque a política diz respeito à cidade e ao mundo.

PROF. CANDIDO MOREIRA – PS

No uso da palavra disse que não está a entender muito bem qual a preocupação do PSD relativamente à apresentação agora da taxa de IMI. Se o PSD já disse que votará a favor, também é preciso que entendam que assim também poderão tirar dividendos dessa decisão na campanha eleitoral.

ENG. HENRIQUE BAPTISTA – IND

No uso da palavra, referiu-se à intervenção do senhor deputado Raimundo Magalhães, para dizer que passados dois anos e meio mais alguém tenha percebido que a Assembleia deva ser o fórum da discussão política e da democracia.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CAMARA

No uso da palavra referiu-se à intervenção da senhora deputada Elisa Antunes, para lhe dizer que ela não leu bem a proposta. O que lá está escrito é que “ esta medida, faz deste município, ano após ano aquele que tem a taxa mais baixa de IMI do distrito do Porto...”. Há efetivamente outros municípios que tem baixado as taxas. Ainda bem que o fazem. Agora, Amarante, não precisa de propagandear aquilo que os outros fazem. Esta medida destina-se a Amarante. O imposto vai apenas ser pago em 2014, embora diga respeito ao ano de 2013. O município sempre quis que os prédios avaliados tivessem as taxas mais baixas. Os que não estão ainda avaliados, devem ter as taxas mas altas. Nesta altura, a taxa máxima embora conste na proposta, quase não se aplica, porque quase todos os prédios foram avaliados. Se não fosse agora aprovada, tinha de o ser numa reunião extraordinária em outubro, reunião essa que fica muito cara. Se depois de tudo, nada fosse decidido as taxas seriam as mínimas para todos. Não é isso que o executivo quer.

DRA. ELISA ANTUNES – BE

No uso da palavra, disse que irá votar favoravelmente a proposta, embora não lhe pareça correto que se diga que tem a taxa mais baixa do distrito. Em tempos não se aprovavam taxas mínimas.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação da proposta. Foi a mesma aprovada por **UNANIMIDADE**, sendo que estavam na sala 69 deputados.

PONTO Nº 4 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA RELATIVA À IIª REVISÃO ORÇAMENTAL – DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2013

Usaram da palavra os senhores:

DR. VITOR REI – PSD

No uso da palavra, solicitou um esclarecimento relativamente ao aumento da dotação orçamental para algumas freguesias. Há um aumento de 87.900 euros. Que contratos programa são estes? Quais as Juntas de Freguesia beneficiadas? Qual o critério usado na escolha?

DRA. ERCILIA COSTA – PS

No uso da palavra, disse que, apoiará sempre tudo o que tenha a ver com a melhoria das condições das freguesias. Não lhe interessa saber qual a cor partidária das Juntas que são contempladas com os contratos programa.

ENG. HENRIQUE BAPTISTA – IND

No uso da palavra, disse que ao documento agora apresentado faltam assinaturas. Logo, parece-lhe que é ilegal estar a discutir este assunto. Se for decidido discuti-lo, abandonará a sala.

DR. VITOR REI – PSD

No uso da palavra disse que não lhe parece que haja qualquer problema com a falta de assinaturas no documento. As que estão em falta podem ser colhidas agora. Disse ainda à Dra. Ercília Costa que ela parece andar desconfiada relativamente às intenções do PSD. O PSD entende que a função dos deputados municipais entre outras é fiscalizar a atividade da Câmara. Tem o direito e o dever de saber que contratos programas são estes e que freguesias envolvem, bem como das verbas envolvidas para cada uma.

ENG. HENRIQUE BAPTISTA – IND

No uso da palavra, disse novamente que se continuar a discussão relativamente a este ponto, abandonará a sala. Exigiu que ficasse em ata que só agora foram assinados os documentos.

Entretanto, o senhor **Presidente da Assembleia Dr. Pedro Cunha** disse que não tem qualquer importância ter ou não as assinaturas todas para que se possa discutir o documento. Há uma ata da reunião de Câmara a aprova-los, o que logo à partida os torna legais. Perante estas palavras, o senhor deputado Henrique Baptista abandonou a sala.

PROF. CANDIDO MOREIRA – PS

No uso da palavra, disse que se o documento foi aprovado na reunião Câmara, foi lavrada uma ata, não está a perceber o porquê desta discussão.

DRA AMÉLIA OLIVEIRA – PSD

Disse que também não percebe a discussão, A haver uma ilegalidade, ela está a ser sanada com a recolha das assinaturas em falta. Logo, o assunto pode e deve ser discutido.

DR. ARMINDO ABREU –PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, começou por dizer que os documentos que tem de ser enviados ao Tribunal de Contas, respeitam todas as formalidades. O que agora se discute não faz sentido, mas se Assembleia assim o não entender deve procurar verificar se há ou não alguma ilegalidade.

Relativamente às questões colocadas pelo Dr. Vítor Rei, disse-lhe que as respostas ao que perguntou estão plasmadas nas páginas 3 e 4 do relatório. As Freguesias a referir são: Rebordelo com o acesso Rebordelo/Vieiros, Várzea com a Capela Mortuária e Sanche com pequenas pavimentações.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra passou-se de imediato à votação. Apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA – 0

ABSTENÇÕES – 11

VOTOS A FAVOR – 55

A proposta foi também aprovada em minuta por UNANIMIDADE.

PONTO Nº 5 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DO JURI REALTIVO À CONSULTA Efetuada PARA UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO VALOR DE 500.000,00 EUROS

Como nenhum senhor deputado se inscreveu para usar da palavra, foi dada a palavra ao senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** que uma breve explicação, disse que o município contraiu em tempos um empréstimo de 7 milhões de euros, com um período de carência de dois anos. Essa verba era para as obras de arrelvamento sintético do estádio do Amarante e do Vila Meã. Foi então pedido a prorrogação do empréstimo ao Tribunal de Contas, que apenas autorizou uma parcela de 500.000 euros dos dois milhões que o município ainda podia utilizar. Estando as obras há cerca de um ano e meio à espera de adjudicação, mal foi recebida autorização, adjudicou-se a obra. Entretanto, ficou também pronto o projeto do arrelvamento do estádio do Vila Meã. De acordo com o compromisso assumido, estão agora a pedir autorização para este empréstimo. Se o tribunal levantar problemas, a obra terá de ser de novo adiada. Caso contrário está neste momento tudo pronto para avançar. São obras que não se podem ser feitas em simultâneo pelo mesmo empreiteiro.

Disse ainda que em relação a tudo isto vai haver muita demagogia e muito panfleto. Este empréstimo passa, a obra avança. Se não for autorizado a obra avançará, mas já sob a responsabilidade do novo executivo. O atual Executivo tem algumas possibilidades, mas não tem ainda o poder de comprar um máquina de fazer legalmente dinheiro.

Passou-se de imediato à votação. Apurou-se o seguinte resultado;

VOTOS CONTRA – 0

ABSTENÇÕES – 1 do senhor deputado Henrique Baptista

VOTOS A FAVOR – 67

Foi ainda aprovado em minuta por UNANIMIDADE, para surtir efeitos imediatos.

Como não havia mais nenhum assunto a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos quando eram 12.30 horas. Da reunião foi lavrada a presente ata, que depois de aprovada vai ser assinada pelo senhor Presidente e pelos secretários.

O PRESIDENTE _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

